



## **CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS**

**TRANSCRIÇÃO DA 16ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DE 2017, REALIZADA EM 25 DE OUTUBRO, QUARTA-FEIRA, ÀS 14H10, NO PLENÁRIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS, À AVENIDA ENGENHEIRO ROBERTO MANGE, Nº 66, PARA DEBATER ACERCA DO USO DE ARMA DE FOGO PELOS AGENTES DE TRÂNSITO DE CAMPINAS.**

### **COMPOSIÇÃO DA MESA**

SR. PAULO GALTERIO

PRESIDENTE

SR. TENENTE SANTINI

VEREADOR

SR. CARLOS JOSÉ BARREIRO

SECRETÁRIO DE TRANSPORTES E  
PRESIDENTE DA EMDEC

SR. MIGUEL LORENZON

DIRETOR DO SINDICATO DOS  
TRABALHADORES NO SISTEMA DE  
OPERAÇÃO, SINALIZAÇÃO,  
FISCALIZAÇÃO MANUTENÇÃO E  
PLANEJAMENTO VIÁRIO E URBANO  
DO ESTADO DE SÃO PAULO

Transcrição da 16ª Audiência Pública de 2017, realizada em 25 de outubro, às 14h10, no Plenário da Câmara Municipal de Campinas, à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66

**Legenda:**

*(F) palavra escrita com base na fonética, podendo ter a grafia incorreta*  
*-- interrupção da fala*

**Aviso:**

*Nesta transcrição utilizam-se os nomes parlamentares em substituição a menções informais ou incompletas dos nomes dos vereadores.*

*Foi realizada revisão de concordância verbal e nominal.*

*A Coordenadoria de Registro Parlamentar e Revisão não se responsabiliza por eventuais informações incorretas enunciadas pelos oradores.*

*[início da transcrição]*

**SR. PRESIDENTE VEREADOR PAULO GALTERIO:** Senhoras e senhores presentes, uma boa-tarde. À TV Câmara, que produz esse programa; aos funcionários também, uma boa-tarde. Campinas, que assiste ao vivo este Debate Público, aqui as minhas saudações.

E hoje nós vamos discutir aqui na Câmara Municipal de Campinas, a alteração do artigo 6º da Lei 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre o registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas, e que permite o uso de arma de fogo aos agentes de trânsito.

E, para nos auxiliar neste debate, queria chamar o secretário municipal de Transportes, doutor Barreiro, para que pudesse sentar aqui ao meu lado direito, que eu tenho certeza que vai enriquecer este debate.

Gostaria também de convidar para este debate o ilustre vereador aqui desta Casa, e também se encontra presente, que é o vereador Tenente Santini; se o senhor puder nos acompanhar.

Gostaria também que nos acompanhasse aqui o diretor do Sindicato dos Trabalhadores no Sistema de Operação, Sinalização, Fiscalização, Manutenção e Planejamento Viário e Urbano do Estado de São Paulo, que é o senhor Miguel Lorenzon, que está presente, e gostaria também que me acompanhasse.

O objetivo deste debate — até para quem estava assistindo poder tomar conhecimento...

## CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Transcrição da 16ª Audiência Pública de 2017, realizada em 25 de outubro, às 14h10, no Plenário da Câmara Municipal de Campinas, à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66

E eu fiquei muito feliz, doutor Barreiro, do senhor estar presente, quando o senhor me confirmou aqui. E eu queria, antes de mais nada, agradecer a sua presença, saudar o senhor secretário que tem feito um trabalho brilhante aqui — nós, da Câmara, reconhecemos a melhora aqui na cidade de Campinas —, e dizer da minha felicidade, como presidente deste debate, quando o senhor confirmou a presença aqui. Então, seja bem-vindo nesta Câmara aqui, e vou dar a palavra para o senhor.

E ao vereador Tenente Santini, também, que é vereador desta Casa, que é presidente da Comissão de Segurança que, além do mais, é policial militar, e a quem eu vou dar a palavra daqui a pouco, também, aqui, para a gente iniciar esse debate.

E ao diretor do sindicato também, ao Miguel. Miguel, seja bem-vindo, ficam aqui as saudações desta Câmara Municipal a quem eu faço em meu nome, mas de todos os vereadores, para que a gente possa esclarecer se essa questão que nós temos aqui, pelos meios de imprensa, que a municipalidade de Campinas, através do senhor prefeito, já tem uma posição, mas para a gente é importante saber a posição do secretário, que está no comando dessa questão dos agentes de trânsito de Campinas.

Eu vou passar palavra para saudações iniciais, vereador Tenente Santini. Se quiser, o senhor vai ter que usar o outro microfone. Se o senhor você quiser dar uma saudação o senhor tem...

**SR. VEREADOR TENENTE SANTINI:** Boa tarde a todos. Boa tarde, presidente vereador Paulo Galterio, na figura de quem eu cumprimento pela iniciativa, que eu acho... Toda audiência pública, debate público, que nós... um tema tão polêmico quanto esse deve ser debatido amplamente pela sociedade, mesmo que as pessoas não venham até a Câmara, mas assistam pela TV Câmara e tenham oportunidade de ouvir as opiniões.

Secretário Barreiro, muito obrigado pela presença, o senhor vai ser... caso esse projeto de lei seja sancionado pelo Governo Federal, vai ser diretamente envolvido nesse quesito, então é essencial o posicionamento do senhor. *[ininteligível]* do sindicato, do... também é importante para nós entendermos também a questão, a visão que os agentes realmente que vão — caso seja aprovado — que vão estar portando a arma, estar com esse equipamento a mais aí, qual que é a visão do pessoal que vai agir realmente no porte de arma.

Então parabéns pela iniciativa, vereador Paulo Galterio, e estou à disposição aqui para dar meu posicionamento como vereador, como cidadão e como policial. Muito obrigado.

**SR. PRESIDENTE VEREADOR PAULO GALTERIO:** Muito obrigado. Senhor secretário, já dou a palavra, o senhor tem... se quiser fazer as considerações para a cidade de Campinas.

Transcrição da 16ª Audiência Pública de 2017, realizada em 25 de outubro, às 14h10, no Plenário da Câmara Municipal de Campinas, à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66

**SR. CARLOS JOSÉ BARREIRO:** Sim.

**SR. PRESIDENTE VEREADOR PAULO GALTERIO:** Aproveitando a oportunidade, secretário, que nós estamos ao vivo, a TV Câmara está sendo transmitida para Campinas e região. Então é um momento importante dessa Casa a sua presença, e esses esclarecimentos eu tenho certeza que vão ser benéficos para que a sociedade possa ter um pouco mais de informação sobre essa questão.

**SR. CARLOS JOSÉ BARREIRO:** Perfeito. Vereador Paulo Galterio, é um prazer estar aqui, vereador Paulo Galterio, que tomou essa iniciativa, que eu quero parabenizar também, porque essa Casa que é uma Casa que traz ao debate as questões que são de relevância para os munícipes de Campinas está fazendo mais uma vez um papel importante em uma questão extremamente polêmica, um momento difícil que nós passamos ao estar debatendo um assunto desta gravidade. Então a iniciativa de estarmos aqui mostrando para as pessoas como que nós encaramos a questão, qual é o nosso posicionamento aqui como município de Campinas, é uma coisa muito importante.

Eu queria cumprimentar também o vereador Tenente Santini. Como ele disse, ele é um policial militar de carreira, tem uma carreira, assim, brilhante na área militar, ele já me contou assim da sua experiência de vida como militar, e certamente ele terá uma opinião bem importante a respeito do assunto, assim como nossos parceiros aí do sindicato, que é o sindicato que atua junto conosco lá, lá na Emdec, que está representando aqui os nossos empregados que são no município de Campinas da ordem de 400.

Nós temos hoje em torno de 400 empregados que nós chamamos de agentes de mobilidade urbana, que são esses agentes que estão sendo denominados nessa lei como agentes de trânsito, que serão os afetados ou não por essa mudança nessa legislação.

**SR. PRESIDENTE VEREADOR PAULO GALTERIO:** Está certo, muito obrigado. Miguel, se você quiser dar uma palavra, esclarecer um pouco do seu sindicato, para a gente é importante.

**SR. MIGUEL LORENZON:** Queria saudar a todos os presentes, aos nobres vereadores, o secretário de transportes. E dizer que o sindicato está aqui presente, somos um sindicato de base estadual, representamos além dos 400 agentes da cidade de Campinas a gente tem a representação da CET São Paulo, CET Santos, Transerp de Ribeirão Preto, que são empresas públicas nos mesmos moldes da Emdec Campinas. Então a gente está aqui para dar a nossa contribuição também a esse debate.

**SR. PRESIDENTE VEREADOR PAULO GALTERIO:** Muito obrigado.

Senhor secretário, a minha pergunta inicial aqui para esse debate é: A posição da municipalidade ela é favorável ou contrária ao uso de arma de fogo por

Transcrição da 16ª Audiência Pública de 2017, realizada em 25 de outubro, às 14h10, no Plenário da Câmara Municipal de Campinas, à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66

parte dos agentes de trânsito? E se o senhor tem também a posição dos agentes, se eles são favoráveis ou se eles são contrários, ou se o senhor não sabe a posição deles ainda, se o senhor podia esclarecer alguma coisa.

**SR. CARLOS JOSÉ BARREIRO:** Bom, eu trouxe uma pequena apresentação, vereador Paulo Galterio, que eu acho que vai ser bastante objetiva e clara, e vai falar por si só com relação a sua resposta, a sua pergunta, que no final eu quero esclarecer isso com um pouco mais de detalhe.

Antes de entrar no âmbito da apresentação propriamente dita, eu queria só fazer algumas considerações aqui. Nós, secretários de transporte brasileiros, que temos assim essa responsabilidade em muitos municípios, estivemos recentemente em um fórum, que nós temos de maneira regular, para discutir as questões importantes do transporte, do trânsito para o Brasil, e naquela oportunidade esta questão estava nascendo. Nós fomos surpreendidos com essa alteração nessa lei do desarmamento e a introdução desse capítulo desse artigo que eu vou explicar daqui a pouco com um pouco mais detalhe para que todos os que nos acompanham possam conhecer isso.

Mas, na oportunidade, nesse conjunto de secretários que estavam ali reunidos naquele momento, houve uma posição unânime de todos se posicionando contrários a essa decisão da introdução desse artigo nessa legislação. Essa posição, então, assumida por todos esses secretários, que inclusive é a minha posição, eu vou procurar detalhar aqui com um pouco mais de precisão através dessa apresentação.

Então, nós estamos discutindo, está aqui nessa nossa apresentação, esse uso das armas de fogo pelos agentes de trânsito de Campinas. O que está sendo feito é esse projeto de lei complementar, esse 152/2015, ele altera o Estatuto do Desarmamento para permitir o uso de armas por agentes de trânsito.

É uma proposta da Câmara dos Deputados, que foi apresentada em 2015, ela foi aprovada pelo Senado Federal no dia 27 de setembro de 2017 e tem um prazo para sanção ou veto presidencial que vence no dia de amanhã. O presidente da República, pela lei, ele tem esse prazo de 20 dias para se posicionar. Então, amanhã é a última data para ele sancionar ou vetar essa lei aprovada pelo Senado.

Essa é a razão do enorme movimento que temos feito, como eu vou mostrar logo na sequência.

O artigo 6º desta lei, ele diz o seguinte, que “é proibido o porte de arma de fogo em todo o território nacional”, porque a lei é a Lei do Desarmamento, “salvo para os casos previstos” em legislação específica, “em legislação própria e para”, aí vem o XII, que diz o seguinte:

“os agentes das autoridades de trânsito, conforme conceituado pelo anexo I, da Lei 9.503, de 23 de setembro de 1997”, que é o CTB, “Código de Trânsito

Transcrição da 16ª Audiência Pública de 2017, realizada em 25 de outubro, às 14h10, no Plenário da Câmara Municipal de Campinas, à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66

Brasileiro da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios que não sejam policiais, quando em serviço.”

Ou seja, ele abriu essa possibilidade, então, para esse conjunto chamado de agentes das autoridades de trânsito.

E aí, tem as condicionantes que esse projeto de lei “ele insere também um inciso segundo, que exige a comprovação de capacidade técnica e aptidão psicológica para o manuseio das armas de fogo, além de um inciso 3º que condiciona esta autorização ao interesse do ente federativo, entre parênteses (Município), entre outras exigências.”

Ou seja, ele condiciona que esta autoridade municipal tem o direito de fazer uso ou não desta prerrogativa que a legislação está especificando.

Muito bem. E ainda ele diz o seguinte nesse inciso segundo:

“A autorização para o porte de arma de fogo aos integrantes das instituições descritas nos incisos V, VI, VII, X e XII do *caput* deste artigo está condicionada à comprovação do requisito a que se refere o inciso III do *caput* do art. 4º desta Lei nas condições estabelecidas no regulamento desta Lei.”

E aí, o terceiro diz o seguinte:

“a autorização para o porte de arma de fogo dos integrantes das guardas municipais e dos agentes das autoridades de trânsito previstos no inciso XII está condicionada não só ao interesse de ente federativo, que os subordina, como à sua formação funcional em estabelecimentos de ensino de atividade policial e à existência de mecanismos de fiscalização e controle interno, nas condições estabelecidas no regulamento desta lei, observada a supervisão do Ministério da Justiça.”

Ou seja, ele diz o seguinte, traduzindo essa forma de escrever da lei: que o agente da autoridade de trânsito, que é o que ele menciona, que são os nossos, no caso de Campinas, Agência da Mobilidade Urbana, eles poderão portar armas desde que seja interesse do Município, então o município tem essa autoridade de vetar ou não esse uso e, além disso, eles tem que ter mecanismos de fiscalização e controle interno para o uso desse armamento, a exemplo do que a polícia ou dos órgãos de segurança possuem.

Então, aqui tem uma posição do nosso prefeito.

*[Exibição de vídeo]*

Transcrição da 16ª Audiência Pública de 2017, realizada em 25 de outubro, às 14h10, no Plenário da Câmara Municipal de Campinas, à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66

**SR. CARLOS JOSÉ BARREIRO:** Então esta posição, é a posição manifestada pelo prefeito Jonas Donizette com dupla autoridade: ele é o prefeito de Campinas e, além disso, ele é o presidente da Frente Nacional de Prefeitos, que é uma entidade que agrega uma quantidade de mais de 200 municípios, todos os grandes municípios acima de 500 mil habitantes; e agora a própria Frente Nacional de Prefeitos está abrindo para poderem ser filiados a ela os municípios maiores que 200 mil habitantes. Então nós vamos ter uma... praticamente 90% ou 88% da população brasileira nesse conjunto chamado Frente Nacional de Prefeitos.

Então à frente o prefeito, como presidente, expressa a posição da Frente Nacional de Prefeitos contrária a esse assunto; e eu quero mostrar na sequência um outro vídeo que nós preparamos aqui no município de Campinas, mostrando, respondendo à pergunta aqui do vereador Paulo Galterio, a posição nossa... dos nossos agentes de trânsito.

*[Exibição de vídeo]*

**SR. CARLOS JOSÉ BARREIRO:** Os nossos agentes fazendo o símbolo da pomba, que expressa a paz, quer dizer nós somos da paz e para termos paz, não podemos ter a arma na nossa cintura para podermos utilizá-la, não temos necessidade disso.

E para encerrar, eu queria mostrar um vídeo aqui que foi criado por um instituto, Sou da Paz, que está publicado aí nas redes sociais e no *YouTube* e tudo mais que *[ininteligível]*.

*[Exibição de vídeo]*

**SR. CARLOS JOSÉ BARREIRO:** Muito bem. Então, eu acho que com essas posições mostradas...

Nós temos a nossa posição muito clara, que nós somos completamente contrários a essa medida. O município de Campinas já se posicionou com relação a isso; eu, como secretário, nas diversas oportunidades que tive, assim como hoje, estou me posicionando da mesma forma. Nós entendemos que os nossos agentes de trânsito, eles estão — eles estão — e existem para zelar pela segurança no trânsito, na segurança do nosso transporte, e não para fazer segurança pública, que esse é um problema de outra ordem, é um problema policial, é um problema das Forças Armadas, não é um problema dos nossos agentes de trânsito.

Transcrição da 16ª Audiência Pública de 2017, realizada em 25 de outubro, às 14h10, no Plenário da Câmara Municipal de Campinas, à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66

Essa é a nossa posição, vereador Paulo Galterio.

**SR. PRESIDENTE VEREADOR PAULO GALTERIO:** Muito obrigado, senhor secretário.

Queria passar palavra, agora, para o Miguel; se o Miguel tem alguma posição, se ele pode destacar, se o Sindicato já discutiu essa questão acerca do uso da arma de fogo pelos agentes e o que é que você poderia passar para nós, aqui, com relação aos agentes. Nós recebemos a posição do secretário, mas a posição de Sindicato, para a gente, também é importante.

**SR. MIGUEL LORENZON:** Boa tarde. Para fazer um parâmetro de como começou essa questão do armamento; temos essa discussão nacional.

Mais ou menos em 2014 isso começou a ser discutido mais na parte norte e nordeste do Brasil. O pessoal, os agentes de trânsito de lá, começaram a reivindicar, dentro de um projeto de lei, que se fizesse um projeto de lei que desse o direito de eles trabalharem armados. O porquê disso: porque muitas cidades que têm menos de 50 mil habitantes, que a fiscalização de trânsito é exercida pela Guarda Municipal, o guarda municipal, ele não pode trabalhar armado nessas cidades pequenas, então eles viram nisso uma oportunidade de armar o efetivo, até mesmo da Guarda, que faz a fiscalização de trânsito; outros também, objetivados dentro da questão de um adicional, de se ganhar um adicional de periculosidade, e isso foi se disseminando ao longo dos anos dentro do Brasil.

No final de 2015 eu participei de um encontro nacional de agentes de trânsito, e a gente teve a oportunidade de discutir, até mesmo com essas pessoas que estão... tem alguns agentes de trânsito de algumas cidades, de cidades de fronteiras do Brasil, que fazem abordagem, que fazem vistorias em carros, carros que passam em fronteiras, que têm problema com tráfico de drogas, também reivindicando isso. Aí acabou virando este projeto de lei dentro desses retalhos, aí virou essa colcha de retalho que saiu esse projeto de lei da questão do armamento.

Trazendo aqui para o estado de São Paulo, estado o qual a gente tem representação legal dos agentes de trânsito, dentro da ótica do estado de São Paulo. A CET- São Paulo, ela que começou na questão da fiscalização do trânsito, porque ela que foi a precursora dentro disso. Depois veio Campinas, a Emdec-Campinas com os agentes de trânsito, com a municipalização do trânsito, e até tirou a questão da militarização da fiscalização do trânsito. Então começou essa mudança dentro do estado de São Paulo. E agora, com a questão dessa lei, é voltar a militarização dentro da fiscalização de trânsito novamente mais complicado: jogar essa responsabilidade aos municípios.

A gente já fez um seminário com os trabalhadores, seminário dentro do estado de São Paulo feito por nós, levamos jurista para fazer discussão, fizemos uma ampla discussão com alguns trabalhadores sobre essa questão. Dentro da



## CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Transcrição da 16ª Audiência Pública de 2017, realizada em 25 de outubro, às 14h10, no Plenário da Câmara Municipal de Campinas, à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66

nossa posição... A nossa posição, Sindicato, no estado de São Paulo: somos contra o armamento, não somos a favor de o agente portar arma.

Mas pegando aqui, na Emdec, que é o foco da nossa discussão: Campinas. Existem agentes de trânsito que defendem sim o uso do armamento, muitos não. Tem aqui até um companheiro, que é o Camporesi(F), que é agente de trânsito, e a gente... ele é do sindicato, e a gente faz uma ampla discussão. Hoje mesmo a gente estava reunido com alguns agentes ali fazendo essa discussão.

Então eles colocam que vai ser perigoso, *[ininteligível]* está lá, a preocupação maior do agente é dele fazer a fiscalização, preenchimento do AIT. Quando ele está lá preenchendo seu AIT ele está focado no preenchimento do AIT. E a arma dele, ele armado ele vai estar com aquela arma lá desguarnecida, ele pode ser roubado, ele pode ser morto com a arma dele.

O agente, ele... a gente estava até comentando, ele pode ser feito um acionamento para a Emdec, chamando o agente para fazer uma fiscalização de trânsito em determinados locais, no intuito de roubar a arma dele.

É diferente um agente armado e um policial militar armado. O policial militar ele já tem todo o seu treinamento, um concurso do policial militar, ele já vem focado para ele já fazer a filtragem das pessoas que vão... que tem condições de trabalhar armado, o agente não. O concurso do agente de trânsito é diferente, a avaliação psicológica foi... é diferente. Então nós não... a nossa posição dentro do estado de São Paulo somos contra.

Agora, falando: Por que é que tem agentes dentro da Emdec que são a favor do armamento? Por quê? Porque a gente tem um grave problema. E aí até essa campanha feita com o prefeito aí foi até bonita, mas ele... faço até uma crítica construtiva. Que ele fizesse essa campanha também... que é aquilo que a gente sempre cobrou da empresa.

Eu tenho 22 anos de Emdec, trabalho na Emdec, estou lá como diretor de sindicato, mas a gente sempre cobrou da empresa que ela fizesse umas campanhas que mostrassem a imagem positiva do agente de trânsito, não aquele agente de trânsito que ele é o que fiscaliza, o que pune o cidadão, porque a imagem que passa é só o amarelinho, que é o mal que caminha sobre a face, que está lá só para punir, isso é ostensivo, você que é policial sabe muito bem o que eu estou falando. A hora que o ladrão entra em casa é 190, mas a hora que a polícia está ali, o pessoal xinga a polícia, e assim é o agente de trânsito também.

Mas tem que passar aquela imagem, a Prefeitura, a Secretaria de Transportes, fazer umas campanhas, *outdoor*, *busdoor*, aí tem vários meios de comunicação para se fazer isso, para passar aquela imagem do agente de trânsito facilitador do trânsito. É aquele que tira... que empurra carro, que ajuda o aluno atravessar na faixa com segurança. Então o agente ele é muito mais do que uma pessoa que está lá para multar.

Transcrição da 16ª Audiência Pública de 2017, realizada em 25 de outubro, às 14h10, no Plenário da Câmara Municipal de Campinas, à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66

Em decorrência disso, dessa imagem do agente que é o fiscalizador, o que está punindo, que está colocando a mão no bolso do cidadão, muitos... muitos agentes sofrem constantemente agressões, são agredidos no seu trabalho.

Praticamente toda semana a gente tem casos de agressões de agentes de trânsito agredidos por munícipe. Ele, fazendo a sua fiscalização, ou ele é agredido... isso é agressão que eu falo física, agressão física. Verbal então é todo momento, isso é constantemente. Mas agressão física, gente, isso é grave, entendeu?

Então as pessoas, os agentes da Emdec, muitos defendem o uso da arma já vislumbrando o ganho do adicional, o adicional de periculosidade: "Ah, eu vou portar uma arma". Ele não está preocupado que ele vai portar arma, que ele vai estar no risco, ele está preocupado que ele vai ganhar mais.

A gente teve uma situação recentemente que foi regulamentada a questão da periculosidade para quem trabalha com moto. E o secretário ele sabe disso, que a gente teve um acontecimento na Emdec lá, que a gente chama de milagre dos 30. O que é esse milagre dos 30? Tinha agentes de trânsito que tinham restrição médica, que não podia trabalhar de moto. Aí, quando virou um adicional, ele passou a ganhar, ele sarou. Isso acontece, é o ganho, as pessoas buscam ganhos, o aumento da sua massa...

**SR. PRESIDENTE VEREADOR PAULO GALTERIO:** Miguel, só para a gente dar uma aquecida no debate, vamos ver a posição aqui do Tenente Santini para a gente poder... depois nós vamos ter mais prazo para todo mundo colocar posição, pode ser?

**SR. MIGUEL LORENZON:** Pode, perfeito.

**SR. PRESIDENTE VEREADOR PAULO GALTERIO:** Tenente, o que é que você pode dizer para nós aí?

**SR. VEREADOR TENENTE SANTINI:** Bom, é só para contribuir com que o Miguel falou, também teve um milagre, o major Jaime *[ininteligível]* na Polícia Militar, quando o governador parou de pagar o salário de quem estava afastado por mais de não sei quanto tempo. Sei que do dia para a noite quase 80% dos que estavam doentes recuperaram, foi o milagre da recuperação que a Polícia Militar conseguiu fazer.

Bom, mas assim, minha posição... Paulo Galterio, secretário, Miguel, eu vou dar uma posição que é uma bandeira que nós defendemos. E eu vou defender, tentar defendê-la tecnicamente, que é contrária à do que foi exposto aqui hoje.

Inicialmente, nós somos contra, e eu falo nós, que nós temos toda uma bancada que é contra o atual estatuto do desarmamento, porque, na nossa visão, esse estatuto ele tirou o direito, a gente confunde o direito com obrigação, ele tirou o direito das pessoas de terem arma. Isso quer dizer que o critério de segurança,

Transcrição da 16ª Audiência Pública de 2017, realizada em 25 de outubro, às 14h10, no Plenário da Câmara Municipal de Campinas, à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66

a defesa da sua família, a defesa do seu comércio, a defesa da sua casa está 100% focada na Segurança Pública, ou aqueles que conseguem ter uma segurança privada, que é um condomínio ou algo que o valha.

Então, nós somos a favor e eu, agora falo pessoalmente, sou 100% a favor da liberação do porte de arma para toda a população que tem a capacidade técnica. E o que é capacidade técnica? É a pessoa conseguir passar em todos os exames, como um policial faz para virar policial.

Então, a capacidade técnica: consegue atirar, tem aula de tiro, tem aula de armamento, tem uma ambientação com aquele instrumento, consiga passar em testes de pressão psicológica dentro de um estande de tiro, que demonstram quando a pessoa tem capacidade de tomar uma reação; que essas pessoas que queiram ter porte de arma, elas passem por uma reciclagem obrigatória semestral, para ter um acompanhamento dela; que essas pessoas têm capacidade psicológica para portar uma arma, como um policial passa, nós passamos em quase acho que quatro ou cinco testes psicológicos para virar policial, para poder portar uma arma.

Então, é assim, primeiro, não é obrigação. Quando a gente fala de porte de arma, entenda, não é obrigação de portar arma. É a liberação daqueles que precisam. Eu não posso ter... morar em um bairro afastado, em uma chácara, locais onde eu sei, sabemos, que o braço da Segurança Pública às vezes não alcança tão facilmente, eu não posso estar refém da marginalidade ou deixar minha família refém sem ter opção nenhuma de defesa. Então, o que nós defendemos é o direito, não obrigação - isso é muito diferente, as pessoas confundem - dentro desses critérios.

Na questão dos agentes de trânsito, nós temos que levar em consideração que o mais importante, a meu ver, é o direito, é preservar o direito de locomoção veicular, de locomoção pública. Para mim, o direito mais importante é esse.

A gente está falando assim, em um caso de uma emergência, eu tenho três, quatro pessoas bloqueando, um exemplo simples, bloqueando o trânsito e eu estou socorrendo a pessoa para um hospital e aquela pessoa está bloqueada e, às vezes, tem o agente de trânsito lá e não tem um policial lá que possa fazer com que a lei seja cumprida. Então, é um exemplo claro onde a questão do porte de arma poderia auxiliar.

Mas, eu sei que é um tema polêmico, tudo que fala de armamento, de drogas, são temas polêmicos.

Bom, meu ponto de vista técnico, hoje nós temos vigilantes armados, nós temos... está para ser votado também a liberação de porte de arma para a OAB, nós temos juízes armados, temos policiais, temos guardas; o que muda o poder discricionário de um policial, de um guarda municipal ou de um agente trânsito, desde que tenha o mesmo poder, o mesmo tipo de treinamento, o mesmo tipo de

Transcrição da 16ª Audiência Pública de 2017, realizada em 25 de outubro, às 14h10, no Plenário da Câmara Municipal de Campinas, à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66

preparação e o mesmo tipo de fiscalização. São seres humanos, são pessoas... funcionários públicos, que têm todo um estatuto, toda uma regulamentação por trás, que passaram no teste psicológico e estão aptos para portar uma arma.

Eu não vejo essa mística tão grande. Acho que é por eu andar armado todo dia, eu tenho uma proximidade muito mais... muito maior com a arma, eu acho muito mais simples, vereador Paulo Galterio.

Então, assim, sou 100% a favor; não da obrigatoriedade, repito aqui, do “direito”. Isso quer dizer que: se eu hoje... se essa lei fosse sancionada amanhã, *[ininteligível]* discutindo aqui, amanhã pode ser que o presidente vete e acabou discussão, não é? Mas se fosse sancionada amanhã e, como bem colocou que também, mesmo sendo sancionada, não é obrigação do... no nosso caso, do município de fazer cumprir, é, sim, uma decisão que vai ter que ser regulamentada pelo município; eu trataria da seguinte maneira: eu montaria uma equipe de apoio especializada para dar suporte àqueles agentes que estão, às vezes, em uma fiscalização em um local de risco — porque uma coisa é fiscalizar aqui no Cambuí, uma coisa é fiscalizar lá na frente do Shopping Iguatemi, a outra coisa é ter que fazer a lei ser cumprida lá — não denegrindo o bairro —, mas nós sabemos a complexidade da violência, lá no Parque Bassoli, lá no Floresta, lá no Satélite Íris, lá no meio do São Fernando, onde nós sabemos que o crime organizado perpetua naquela região.

Então, assim, o que nós aqui... deixando claro: a partir de essa lei sendo sancionada, não está dando obrigação de o agente de trânsito estar armado, está dando a opção de ele poder se armar, caso ele sinta mais confortável para exercer sua função.

E para nós termos um controle, eu, na minha visão, criaria um departamento técnico de apoio, uma equipe tática de apoio da Emdec, não só da Emdec, a gente está falando de Campinas, mas estamos falando do Brasil, não é? Cada “x” regiões, nós temos uma viatura... daí, sim, com dois homens armados para que um dê segurança para o outro, para que esses homens dessem apoio aos agentes da ponta da linha, para que eles possam fazer cumprir a lei.

**SR. PRESIDENTE VEREADOR PAULO GALTERIO:** Está certo. Vereador Tenente Santini, deixa eu só *[ininteligível]* aqui, vamos para a gente até dar uma definida aqui, eu queria pedir para nós que estamos debatendo aqui, para vocês, vamos tentar fazer o raciocínio em dois minutos para a gente dar oportunidade também de cada um pôr sua posição pode ser, vereador Tenente Santini?

Aí eu queria pedir para que marcasse no relógio dois minutos para desenvolver uma pergunta para a gente poder ser um pouco mais participativo, tá?

Secretário Barreiro, eu... nós pegamos a posição aqui do vereador Tenente Santini, não é? Que é uma das bandeiras dele, que é um cidadão andar armado;

Transcrição da 16ª Audiência Pública de 2017, realizada em 25 de outubro, às 14h10, no Plenário da Câmara Municipal de Campinas, à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66

nós respeitamos nesta Casa aqui, já vimos a posição do sindicato, que diz que também existem pessoas favoráveis, pessoas contrárias.

Eu queria saber, secretário, esse uso *[ininteligível]* secretário deve ter estudado um pouco melhor essa lei, — eu não analisei, mas eu posso até dar uma olhada daqui a pouquinho — esse uso, esse porte de armas, secretário, ele é um porte de arma durante o exercício do trabalho ou durante a qualquer momento? Porque a gente sabe que a partir do momento que o sujeito está com uma arma de fogo, ele fica exposto também a roubos, assaltos, a meliantes; e a gente também sabe, secretário... e aí eu também queria perguntar para o vereador Tenente Santini que respondesse isso em dois minutinhos para gente poder dinamizar o debate, que normalmente aos agentes, não só policiais, eles andam em dupla ou até em três, por causa desse risco mesmo de estar armado.

O que o senhor diz disso, secretário?

**SR. CARLOS JOSÉ BARREIRO:** Bom, primeiro--

**SR. PRESIDENTE VEREADOR PAULO GALTERIO:** Dois minutinhos para gente...

**SR. CARLOS JOSÉ BARREIRO:** É o que você falou: nossos agentes, eles andam realmente em dupla, nós... agentes não andam de forma individual... ou em dupla, até quantidade maior, mas eles sempre andam um ao lado do outro. Então essa falácia de que há uma melhoria da condição de segurança, porque ele tem uma arma na cintura, nós discordamos completamente, porque a arma vai incitá-lo a poder usá-la em qualquer situação.

Assim como foi mencionado aqui pelo sindicato que nós temos agentes, que em algumas circunstâncias, eles são agredidos; ao analisar a postura do agente, muitas vezes, ele incitou aquela agressão, porque nós temos... Toda agressão dos agentes, nós abrimos um procedimento administrativo interno para avaliar, porque que aquilo aconteceu? Em algumas situações, ele foi o responsável por aquilo, porque ele provocou aquela situação no sentido de... de uma maneira, às vezes, até não profissional, provocar um abuso daquela pessoa que está ali sendo autuada, sendo fiscalizada, que ela não gosta disso.

Então nós achamos que não vai aumentar em nada a segurança do agente. Quem aumenta a segurança do agente é a sua postura profissional em todas as circunstâncias, que é o que nós treinamos na Emdec, exigimos a postura dele.

Eu tenho dito para os nossos agentes o seguinte: quem autoriza o agente a exercer a função de fiscalização sou eu, que sou o secretário de Transportes. Eu sou a autoridade do município, que tenho essa responsabilidade. Então, ele tem a minha procuração, delegada através até de um ato no Diário Oficial do município de Campinas, para ele exercê-la, ele tem que ter comportamentos similares aos que eu tenho. Eu procuro ter um comportamento de respeito às pessoas, de respeito às individualidades, de respeito à diversidade, assim por diante, assim

Transcrição da 16ª Audiência Pública de 2017, realizada em 25 de outubro, às 14h10, no Plenário da Câmara Municipal de Campinas, à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66

como ele tem que ter também na rua, se isso for feito, poderá ocorrer situações de agressão, claro, mas serão muito mais raras. Então não vejo isso como uma necessidade.

Segunda questão. O direito, como definido aqui pelo vereador Tenente Santini... eu respeito isso que ele está dizendo, mas eu acho que não se aplica ao nosso agente, ele terá na lei, vereador Paulo Galterio, o exercício do uso da arma durante a sua função, exclusivamente, não fora dela, porque não está dando direito ao armamento ao cidadão e, sim, ao agente de trânsito enquanto trabalhando.

**SR. PRESIDENTE VEREADOR PAULO GALTERIO:** Está certo. Obrigado, deu os dois minutos.

Miguel, queria fazer uma interrogação para você neste debate. Você tem números de quantos agentes são agredidos aqui na cidade de Campinas? Ou que foram no ano, ou no mês, que sofreram algum tipo de agressão?

E eu queria colocar, também, para você, que nós tivemos um caso em Goiânia, agora, de que uma criança retirou uma arma da mãe, que era policial militar e, por fim, acabou assassinando alunos em escola. E essa mesma pergunta eu gostaria que, em dois minutos, o vereador Tenente Santini também respondesse, porque é natural que com mais armas de fogo na sociedade, maiores os riscos de pessoas morrerem vítimas da própria violência das armas. Então eu queria essa sua posição, queria a posição do vereador Tenente Santini, também, porque... e queria saber do vereador Tenente Santini, também, se isso não é um projeto que favorece a bancada da bala.

Eu vou dar...

**SR. MIGUEL LORENZON:** Os números exatos de agressões, vereador Paulo Galterio, a gente não tem, assim, levantado, porque nem tudo também chega aos sindicatos, a gente não tem acesso a documentos. Às vezes a gente pede para o trabalhador sempre que ele fizer um boletim de ocorrência, ele passar para a gente, mas nem todos os trabalhadores passam, mas a gente... corre a base ali, está sempre ali na Emdec, e a gente sabe: semanalmente acontecem casos de agressões. O secretário, acho que tem mais esses dados, porque sempre... a gente tem até questão em acordo coletivo, uma cláusula, que a empresa, ela tem que dar o acompanhamento jurídico na questão lavração dos BOs, que antigamente tinha até um problema maior, que os BOs eram lavrados por desinteligência.

Tem também a questão de abordagem, também a gente identifica algumas situações, também, de alguns trabalhadores que... aí a gente conversa até com a empresa, conversa com a chefia. Tem alguns trabalhadores que, às vezes, a maneira de se abordar, também, ele fomenta algum tipo de agressão.

Transcrição da 16ª Audiência Pública de 2017, realizada em 25 de outubro, às 14h10, no Plenário da Câmara Municipal de Campinas, à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66

Em relação ao armamento, eu sou totalmente, também... desarmar a população, vou falar a bem da verdade, mas a discussão em si é a questão do armamento do agente de trânsito, eu já foco até mesmo por causa do preparo do efetivo que a gente tem hoje, dos agentes de trânsito, às vezes não estão preparados. Eu sempre coloco para eles que é mais fácil dar o talão de multa para a Guarda Municipal do que a arma para o Amarelinho. Então isso é até um perigo para categoria, a gente vê como um problema.

**SR. PRESIDENTE VEREADOR PAULO GALTERIO:** Tá bom. Muito obrigado.

Vereador Tenente Santini, eu queria que o senhor respondesse a minha questão. E com relação também àquela questão lá de Goiânia, que a criança pegou... Eu acho que era importante o senhor, como policial, como já foi membro da força policial, se, na sua opinião, se a gente não pode achar que com mais armas nós não estamos mais sujeitos aos riscos de crianças pegarem essas armas, da violência disseminar um maior índice de violência.

**SR. VEREADOR TENENTE SANTINI:** Eu só vou responder... vou fazer a tréplica aqui do secretário.

Realmente, a autorização é para uso de arma em serviço, o que eu não posso é tirar o direito de ele ter essa opção. Então, está claro que é em serviço, mas se o agente vai pegar uma região mais violenta, e com um time, uma equipe de apoio tático, que seja treinada, essa equipe, sim, tendo a autorização para pegar arma e dar um suporte para os demais agentes... eu não acho que tem nada contrário a isso. Eu acho que a questão de armamento é simplesmente familiarização, habituação, e treinamento, ponto. Qualquer um está apto que não seja uma pessoa... regularmente... psicologicamente regular, ela consegue estar portando armamento.

Com relação à questão do acontecido em Goiânia, vereador Paulo Galterio, realmente, acontece. A possibilidade de acontecer crimes como esse, assim como nós vemos quase que semanalmente nos Estados Unidos essas chacinas. Realmente, com aquela questão do porte de arma, da arma em casa com fácil acesso a uma criança, um jovem, uma pessoa que aconteceu lá em Las Vegas desequilibrada, podem acontecer crimes como esse.

Mas qual que é a contrapartida disso? A contrapartida que é o importante, porque nós vemos as ocorrências que dão publicidade no jornal. Nós assistimos a ocorrência que dá dez pessoas mortas, três pessoas mortas. E quantas pessoas morrem no Brasil vítimas de sequestro, vítima de cárcere privado em suas residências, assassinada na frente da sua família inteira, estuprada uma mulher na frente dos seus filhos, do seu marido? Qual que é o crime que mais acontece nos Estados Unidos? Não é roubo à residência. E qual que é o pior crime que pode acontecer em uma sociedade? É a família estar sendo mantida como refém

Transcrição da 16ª Audiência Pública de 2017, realizada em 25 de outubro, às 14h10, no Plenário da Câmara Municipal de Campinas, à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66

na mão de marginais. Esse crime praticamente não acontece nos Estados Unidos. Sabe por quê? Porque lá o cidadão pode ter arma, e o bandido não é bobo, ele sabe que se tiver uma arma naquela casa ele pode tomar um tiro.

Então qual que é o crime mais comum nos Estados Unidos? Eu fui conhecer a polícia de Miami, conheço a polícia de Nova York, conheço a polícia de Washington, o crime que mais acontece é tráfico de droga. Que o tráfico de droga ele gera violência, mas não direta, não no seio da sua família, ele gera guerra de cartéis. As pessoas morrem, as pessoas morrem no tráfico de drogas, mas eu tenho o direito de defender a minha família.

Então o que é que é mais importante? Milhões de pessoas que morrem hoje reféns da marginalidade? Ou é mais importante uma pessoa, um caso que aconteceu, dois casos, dez casos que aconteceram no Brasil que morreram 10, 20 pessoas?

As vezes a palavra que nós falamos aqui é dura, mas nós temos que analisar as estatísticas. Isso aqui... nós estamos vivendo uma criminalidade, nós estamos vivendo em um país de guerra, onde o crime organizado domina grandes regiões desse país, onde a molecada na favela entra na sua casa, dá um tiro em você, porque ele te odeia. Ele odeia você, ele odeia o seu carro, ele tem ódio do seu micro-ondas, ele tem ódio da sua casa, ele tem ódio do seu filho, do tênis que ele usa.

Então só para concluir, vereador Paulo Galterio, só para concluir. Então, o que é o mais importante? É defender o seio familiar, é defender a proteção da sua família, ou o risco que uma pessoa amada pode causar em uma violência? Os dois são importantes, mas o mais importante é defender, na minha opinião, a maior estatística que é essa.

**SR. PRESIDENTE VEREADOR PAULO GALTERIO:** Está certo.

Secretário, eu vou fazer uma pergunta aqui que eu queria que o senhor respondesse, porque, até com uma propriedade, que o senhor deve ter conhecimento.

Nós temos aqui em Campinas a Guarda Municipal que já tem o poder de multar, então não haveria necessidade realmente dos agentes estarem em posse de arma de fogo, porque é mais fácil dar um talão de multa para um Guarda Municipal do que uma arma de fogo para um agente. O que o senhor poderia dizer dessa minha interrogação?

**SR. CARLOS JOSÉ BARREIRO:** É, até essa questão levantada aí pelo colega aí, pelo Miguel aí do sindicato, é exatamente isso. Aqui em Campinas nós fizemos um convênio com a Secretaria de Segurança Pública do Município permitindo que uma determinada quantidade de guardas municipais pudessem exercer as funções dos agentes de mobilidade urbana.



Transcrição da 16ª Audiência Pública de 2017, realizada em 25 de outubro, às 14h10, no Plenário da Câmara Municipal de Campinas, à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66

É uma experiência que foi feita, ela está sendo constantemente avaliada, nós mantivemos uma quantidade relativamente pequena de guardas municipais com essa prerrogativa, por uma razão até bastante simples de entender: a finalidade precípua de um guarda municipal é completamente diferente daquela de um agente de mobilidade urbana, e a recíproca é verdadeira. Um agente não tem a finalidade de fazer o papel de um guarda municipal.

Então, como que trabalhamos da maneira ideal? Todas as nossas ações hoje, já executadas — que nós pela experiência que temos, pelo conhecimento da cidade, vamos exercer essas ações em áreas que são de maior risco, risco à segurança do nosso pessoal — nós já fazemos isso conjuntamente com a Guarda Municipal, que vai sim com a arma na cintura.

Então o papel da segurança da nossa equipe é exercida pelo guarda municipal, e a nossa equipe vai lá para fazer o papel que lhe cabe, que é ações de fiscalização, de correção do trânsito, ações de melhoria do transporte, seja lá o que for, que é o problema daquele dia. Então isso já é um hábito aqui em Campinas. Por isso que o nosso agente, em nenhuma circunstância, justificaria que ele tivesse ele próprio armado.

Além disso, uma outra questão que também vale a pena ressaltar. Como eu disse, todas as ações que não são regulares nós fazemos uma avaliação criteriosa para a apuração dos problemas, correção das eventuais dificuldades.

Temos algumas ocorrências que estamos avaliando, que foram efetuadas, às vezes, por algum guarda municipal, que houve alguma forma que é diferente da nossa, não diria que é errada, mas é diferente do nosso agente atuar. Por quê? Porque, ele não tem o mesmo, nós não conseguimos passar para ele o mesmo nível de conhecimento que os nossos agentes tem. Então... e a função dele 99,9% do tempo é ação de segurança, não é ação de fiscalização de trânsito.

Então, essa ambiguidade ela é muito complexa, nós sabemos que ela é complexa, por isso que estamos conduzindo isso com muita cautela.

A questão se resume ao seguinte: finalidade de segurança do cidadão, segurança do nosso a gente, é uma finalidade policial, que a Guarda Municipal também tem essa figura. O nosso a gente está ali para fiscalizar as operações de trânsito.

**SR. PRESIDENTE VEREADOR PAULO GALTERIO:** Está ok. Secretário, eu queria aproveitar, *[ininteligível]* o senhor está com a palavra, eu vou dar a palavra de novo, já vou passar para o Tenente Santini, vou passar para o Miguel aqui, eu queria dizer quantos agentes, no caso, teriam direito a essa, se o secretário tem esses números, ao uso desse armamento e quanto isso custaria para a cidade em termos de custo com armas, cursos e vigilância? Porque a lei fala que além de dar a arma para o agente, tem que ter fiscalização e vigilância sobre ele.

Transcrição da 16ª Audiência Pública de 2017, realizada em 25 de outubro, às 14h10, no Plenário da Câmara Municipal de Campinas, à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66

**SR. CARLOS JOSÉ BARREIRO:** Sim.

**SR. PRESIDENTE VEREADOR PAULO GALTERIO:** Já tem algum número com relação à...?

**SR. CARLOS JOSÉ BARREIRO:** Olha, hoje nós temos quase 400 agentes municipais de trânsito e transporte, dos quais 90%, quase 90% deles exercem as ações nas ruas, tem uma pequena quantidade, em torno de 14 a 15%, que exercem funções que nós chamamos de funções internas, são funções ali de triagem, funções de avaliação dos autos de infração ou coisa que o valha, que são ações específicas dos nossos agentes de mobilidade urbana.

Então, esse contingente que andaria armado no exercício das funções seria em torno de 350 pessoas. Se você fizer o cálculo, não só pelo custo da arma, custo da munição, treinamentos que tem que ser periódicos, preparação psicológica, tem que criar um apoio até específico para essa equipe, porque eu tenho conhecimento bem pequeno da Polícia Militar, mas sei que a Polícia Militar tem o apoio muito grande sob a ótica social e psicológica para os seus policiais, que teria que ser dada aqui também, porque as circunstâncias vão acontecer.

Tudo isso, nós fizemos um cálculo preliminar, custaria em torno de uns R\$ 3 milhões anuais para o município de Campinas. Custo direto, sem falar dos custos que poderíamos ter por uma ação indevida que poderá acontecer de o agente, eventualmente, sacando uma arma em um local qualquer e atingindo um cidadão de forma desavisada ou abusando daquela autoridade que ele tem com a arma na cintura.

Então, isso é imensurável. Se um agente nosso ferir uma pessoa ou matar alguém de forma indevida vai ser uma catástrofe que não dá para avaliar o custo disso.

**SR. PRESIDENTE VEREADOR PAULO GALTERIO:** Ok. Muito obrigado. Eu vou perguntar agora para o Tenente Santini, que é policial militar. Tenente Santini, eu queria interrogar o senhor o seguinte, o senhor tem posições aqui nessa Casa favoráveis, para toda a cidade de Campinas, ao uso de armamento de fogo. Isso é uma questão que nós já sabemos aqui. E eu queria saber do senhor o seguinte: o senhor hoje é vereador, amanhã ou depois o senhor pode ser deputado, deputado estadual, deputado federal, a gente não pode negar essa questão, eu queria dizer, se a gente pode dizer que o senhor é um representante da bancada da bala ou quer ser? E queria dizer também: o senhor sendo um agente policial que defende o uso da arma de fogo e nós vemos uma ação igual essa do Rio de Janeiro, em que um policial, que é treinado, é um policial que é oficial, que é tenente, acabou por tirar a vida de uma turista, o senhor não acha que é uma... é contraproducente a gente falar em... dar mais arma de fogo para a população, quando a própria polícia não tem controle sobre os seus agentes? O que a gente pode dizer, oficial?

Transcrição da 16ª Audiência Pública de 2017, realizada em 25 de outubro, às 14h10, no Plenário da Câmara Municipal de Campinas, à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66

**SR. VEREADOR TENENTE SANTINI:** Paulo Galterio, foi uma boa pergunta. Não foi provocativa, foi boa. Vamos lá, vou responder.

**SR. PRESIDENTE VEREADOR PAULO GALTERIO:** Dois minutos. Olha lá.

**SR. VEREADOR TENENTE SANTINI:** Vamos lá. Com relação aos policiais, vou dar uma resposta para vocês que o corregedor atual da polícia, em uma entrevista, quando ele era capitão, ele deu, quando teve uma operação da Corregedoria e foram 15 policiais presos, que estavam envolvidos em roubo a banco. E perguntaram para ele se ele não tinha vergonha de ser oficial da polícia e ter que prender policiais bandidos. Ele respondeu da seguinte maneira, ele deu risada e falou assim: “O processo seletivo da Polícia Militar, ele envolve uma investigação social, ele envolve uma investigação de toda a sua vizinhança, dos seus familiares, ele puxa o histórico seu desde o banco, de dívida, trabalhista, se você já fumou maconha, a Polícia Militar sabe.

Ela envolve um processo de *[ininteligível]* psicológica. O processo físico são cinco etapas, depois tem um treinamento de um ano e depois tem mais um ano de acompanhamento desse policial, sob a égide do Código Penal Militar, que é muito mais rígido que o Código Penal. Mesmo assim, o policial acaba, algumas vezes, se corrompendo.

Dá ele perguntou para o repórter, falou assim: “Repórter, você não tem vergonha de me entregar um cidadão tão mal formado da sua sociedade para a minha Polícia Militar?” É o que eu digo, eu conto essa história por quê? Porque a Polícia Militar, ela treina, ela padroniza, ela tem regulamento, tem procedimento operacional, ela tem regulamento disciplinar muito mais rígido; se eu chegar no quartel com o cabelo grande, eu fico na cadeia administrativa, vou para a jaula. São coisas pequenas, mas o regulamento é muito mais rígido.

Mesmo assim, existem desvios de condutas, por que é que tem desvio de conduta? Porque a variável é igual do médico: quando o médico abre para operar, ele tem noção, por chapa, do que ele vai encontrar, mas na hora que ele vai mexer é diferente.

A variável da Polícia Militar é a mesma coisa, a gente treina, tem um procedimento, quando chega uma ocorrência de roubo a banco, a variável não é o roubo a banco, roubo a banco é uma ocorrência padronizada pela polícia, a variável é o que o bandido vai fazer. Não dá para prever. E a reação que eu vou ter... Eu sou ser humano, mesmo tendo treinado para uma reação que nós tentamos... baseado em um estudo de caso, padronizar as reações dos marginais, na hora que ele tiver uma reação, a minha, às vezes, não estava pronta para a reação, para aquela reação dele; foi o caso que aconteceu no Rio de Janeiro. Casos que acontecem coisas erradas.

O policial militar, não policial civil, o guarda municipal, federal, ele não sai de casa, querendo dar um tiro no cidadão; ele não sai de casa, querendo matar o

Transcrição da 16ª Audiência Pública de 2017, realizada em 25 de outubro, às 14h10, no Plenário da Câmara Municipal de Campinas, à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66

bandido; ele sai de casa armado para defender a sociedade. Você acha que alguém quer... o cara tem orgulho de dar um tiro e pegar uma senhora, pegar em uma criança? Isso aí é a destruição psicológica de qualquer profissional da área de segurança. Ninguém quer isso, isso é o maior desastre que pode acontecer. Só que é um risco. É a mesma coisa de um médico operar *[ininteligível]* é uma cirurgia simples, que ele abre e a pessoa morre. Você acha que o médico queria matar aquela pessoa?

Existem erros de procedimentos, às vezes, a pessoa não teve os cuidados necessários para atuar naquela operação, naquela situação, mas ninguém faz isso voluntariamente. E todos são treinados, todas as polícias do Brasil, umas melhores, outras piores, mas todas têm protocolos e todo mundo responde para o Código Penal Militar, que é rígido.

**SR. PRESIDENTE VEREADOR PAULO GALTERIO:** Está certo.

Secretário, nós vamos dizer que... o senhor disse que até amanhã, presidente pode sancionar essa lei. Hoje nós temos o senhor, que é uma pessoa ponderada; nós temos o prefeito Jonas Donizette, que também é ponderado e tem uma posição de desarmamento, mas nós corremos o risco de um outro grupo estar no comando da prefeitura, um outro prefeito. Se porventura essa lei for aprovada definitivamente, na cidade de Campinas, essa lei será realizada? Ela ser...

**SR. CARLOS JOSÉ BARREIRO:** Sem dúvida, porque como diz o próprio texto da lei, se não tiver nenhum tipo de alteração; e agora não cabe alteração, conforme diz a Constituição Federal, nesse momento: ou presidente veta ou sanciona.

Então ele não tem o poder de alterar nada, senão tem que criar uma nova lei. Então se essa lei for aprovada, não for vetada por ele, dá o direito à autoridade municipal — como você bem mencionou: aqui em Campinas, ela é caracterizada pelo senhor prefeito, pelo excelentíssimo prefeito, e pelo secretário municipal de Transportes — essas autoridades municipais poderão armar os seus agentes de trânsito.

Então nós corremos o risco — eu já antecipo para a população de Campinas que, independente da decisão do presidente da República, que eu vou lamentar muito se ele realmente sancionar essa lei —, nós não faremos isso com os nossos agentes de trânsito nessa administração. Isso é uma decisão já tomada por nós, mas não quer dizer que no futuro esse risco *[ininteligível]* não corra.

Eu, como moro aqui em Campinas há 40 anos, fico extremamente preocupado com os que me sucederem; se essa lei existir, que possam tomar essa absurda decisão de colocar uma arma de fogo na mão de um agente de trânsito.

Transcrição da 16ª Audiência Pública de 2017, realizada em 25 de outubro, às 14h10, no Plenário da Câmara Municipal de Campinas, à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66

**SR. PRESIDENTE VEREADOR PAULO GALTERIO:** Senhor secretário, aproveitando também, nessas ações que foram feitas da Lei do Pancadão, em Campinas, que, aliás, foram ações que deram certo — e queria deixar aqui os meus parabéns ao trabalho da Emdec, o trabalho da Guarda Municipal — a Emdec, como é que ela fazia? Ela acompanhava? Como é que funcionava o trabalho da Emdec com relação a essa questão? Que nós aprovamos a Lei do Pancadão aqui em Campinas, mas, na verdade, a execução dela, em tese, seria da Emdec e da Guarda Municipal. O senhor poderia contar um pouquinho sobre isso?

**SR. CARLOS JOSÉ BARREIRO:** Uma excelente pergunta, vereador Paulo Galterio.

Essa Lei do Pancadão é um bom exemplo do trabalho conjunto que é executado aqui na cidade de Campinas por esses dois entes: Guarda Municipal e Emdec.

Como é que funciona a Lei do Pancadão? Começa pela denúncia. Caso não seja uma constatação de um de nossos guardas municipais ou agentes na rua que verifiquem um determinado veículo lá, em uma condição... desse uso abusivo do som, do volume do som, equipamentos, etc... começa com uma denúncia. Ao recebermos essa denúncia — que nós temos o nosso telefone que funciona 24 horas, 3772-1517 —, nós imediatamente fazemos uma ação conjunta com a Guarda Municipal: nos dirigimos àquele local, a Emdec faz a apreensão do veículo juntamente com a Guarda, e esse veículo é recolhido ao nosso pátio. Ele tem todas as penalidades que a legislação, aprovada por esta Casa, como você disse... é aplicada: ele vai ter que pagar todas aquelas multas, todas aquelas taxas, todas, para ele poder liberar o seu veículo lá.

Nós já temos nesse período, de cerca de 24 meses da vigência da Lei, cerca de 400 apreensões de veículos desse tipo. Muitos cidadãos que tinham a sua paz, a sua tranquilidade roubada por esse uso abusivo desse volume alto de veículo, e tal, está, agora, em uma paz verdadeira, porque essa constatação feita, nós retiramos esse veículo de circulação. É um trabalho conjunto que tem dado ótimos resultados.

**SR. PRESIDENTE VEREADOR PAULO GALTERIO:** Ok. Muito obrigado.

Nós vamos encerrar já, secretário. Eu sei que o senhor até... para nós é difícil tirar o senhor do seu trabalho lá, mas são importantes esses seus esclarecimentos aqui, porque, às vezes, a cidade de Campinas, vereador Tenente Santini, não sabe o trabalho dos secretários, o trabalho do prefeito, e a gente aproveita essa exposição, secretário, inclusive, porque é ao vivo, para passar o trabalho da Câmara, que está fazendo esse debate aqui, e o trabalho do secretário também, para a gente é importante.

Transcrição da 16ª Audiência Pública de 2017, realizada em 25 de outubro, às 14h10, no Plenário da Câmara Municipal de Campinas, à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66

Nós, quando aprovamos essa Lei do Pancadão, vereador Tenente Santini — você não estava aqui na Casa ainda —, foi uma lei que a gente sente um clamor público para que se fizesse alguma coisa. E o mais importante da Lei, secretário, é que, assim, a Lei, ela foi cumprida, ela foi executada, porque não adianta aqui a gente votar lei, e a lei virar lei morta. Nesse caso, da Lei do Pancadão, secretário, eu posso afirmar, assim, com bastante convicção, que o trabalho da Emdec merece os parabéns desta Casa, aqui — eu falo em meu nome —, e o trabalho da Guarda Municipal também.

Esse conjunto que a gente começa a dizer nesse debate, vereador Tenente Santini, que, às vezes, não é colocar arma de fogo para pessoa. Nós já vimos aqui o Miguel dizer que há outros interesses, secretário, além do porte de arma de fogo para o agente. Mas a gente vê que esse trabalho de segurança, da polícia, da Guarda Municipal com a Emdec, que já teve resultado positivo. Que, talvez, vereador Tenente Santini, poderia ser o caso aqui, em Campinas, de não ser necessário, os agentes... nós já temos resultado positivo de cooperação entre instituições.

Mas eu queria, antes de encerrar aqui, vereador Tenente Santini — vamos encerrar aqui, depois eu vou dar a palavrinha —: o senhor vai fazer parte da bancada da bala? O senhor se diz... é um integrante da bancada da bala? Como é que é? Conte para nós.

**SR. VEREADOR TENENTE SANTINI:** Vereador Paulo Galterio, a bancada da bala...

Existem policiais militares que são deputados, hoje, que não são da bancada na bala, porque a bancada da bala não é uma bancada, é filosofia ideológica do que nós acreditamos. Nós acreditamos no porte de arma de fogo para todo cidadão que tenha capacidade técnica para isso, nós acreditamos na redução da maioria penal, nós acreditamos em uma força maior para as instituições policiais, nós acreditamos em um estado com maior fiscalização. Porque leis, o Brasil tem muitas, o que nós não temos é fiscalização de quem cumpre a lei.

Então, a bancada da bala, ela representa uma posição mais rígida, sim, mas de temas que ninguém quer falar: nós somos contra a liberação do porte de droga e ponto, não tem discussão, não tem que liberar ninguém para ficar drogado na rua. Então, são posições que, às vezes, o cara é deputado, senador, é um coronel da polícia, ele é contra. Então, a bancada da bala é uma filosofia ideológica do que nós acreditamos.

E, só para concluir minha fala, também, vereador Paulo Galterio — não deu dois minutos ainda, está piscando, mas não deu —, não se combate, senhores, não se combate a violência, com todo respeito ao vídeo feito pela Emdec, com pomba da paz, pessoal. Não se combate a violência com pombinha, não se combate a violência abraçando e fazendo passeata da paz no meio da rua. Hoje, a situação do Brasil... hoje se combate a violência é com lei rígida, com polícia forte.

Transcrição da 16ª Audiência Pública de 2017, realizada em 25 de outubro, às 14h10, no Plenário da Câmara Municipal de Campinas, à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66

“Ah, daqui 20 anos...” “Vamos investir na educação”. Concordo, vamos começar investindo na educação, então, vamos criar um colégio modelo aqui em Campinas para que daqui 20 anos nós tenhamos segurança na cidade, com pessoas bem formadas, não é o caso hoje. Hoje... Eu sei que o senhor atua em bairros que são, às vezes, problemáticos, a questão de segurança, e eu tive a oportunidade de atuar em quase todas as comunidades do estado de São Paulo, entra lá na favela e pede para conversar com o marginal que era o chefe do PCC para você ver como é que funciona.

Eu conheço, já atuei, já troquei tiro, já tive que matar bandido, já tive que dar porrada, já tive que botar tropa de choque para atuar. Por quê? Nesses locais não é assim que funciona. Como as leis são criadas as pessoas nunca foram lá dentro para ver como é que funciona. É diferente, o *[ininteligível]* lá é chapa quente, é outra realidade.

Então é fácil a gente criar leis aqui, proibir porte de arma, vai gerar violência, porque a gente está vendo aqui, ó, da porta para dentro. Anda aqui 2 km, cai no meio do São Fernando lá, e vamos tentar conversar com a marginalidade lá. *[ininteligível]* falar assim: “Precisa ter educação, gente. Vamos abraçar todo mundo aqui, vamos ter paz aqui. PCC, dá um tempo para a gente aqui, vamos conversar todo mundo aqui, chama o juiz lá, chama o Instituto Sou da Paz”, que com todo o respeito ao Instituto Sou da Paz também, que foi citado aqui, é um instituto que a função única e exclusiva dele é criticar a polícia, não faz nada para nos auxiliar, é um instituto de direitos humanos que tem a intenção única de criticar a polícia, chama ele lá para a gente negociar com os bandidos, continuar a troca de tiro.

Então sim, senhores, acredito. Temos que ter uma educação forte, temos que ter um país sério, com leis sérias sendo cumpridas. E enquanto isso, quem vai manter a família de vocês preservada e salva? E enquanto isso? Isso eu quero saber, esses 25 anos que demora para formar uma geração, quem vai manter a nossa família a salvo?

Então vamos investir em educação? Vamos. Vamos começar agora? Porque eu quero ver um colégio piloto, uma escola de excelência sendo construída, para daqui 25 anos eu poder ter leis e pessoas mais bem instruídas para que eu possa reduzir o poder fiscalizador do estado.

**SR. PRESIDENTE VEREADOR PAULO GALTERIO:** Ok. Eu vou... Antes de eu encerrar, eu queria... Miguel, eu vou dar a palavra para você daqui a pouquinho, mas eu vou aproveitar que o secretário está aqui, eu sei que não é tema de debate, mas a cidade quer saber, secretário: O BRT sai mesmo? Como é que está a coisa? Conta para nós aí.

**SR. CARLOS JOSÉ BARREIRO:** Primeiro, só uma rápida explicação de um problema ainda da Lei do Pancadão que o vereador aqui lembrou muito bem.

## CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Transcrição da 16ª Audiência Pública de 2017, realizada em 25 de outubro, às 14h10, no Plenário da Câmara Municipal de Campinas, à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66

No bojo dessa lei também teve a aprovação de uma outra lei nesse contexto, que é uma lei da retirada de veículos da rua que são veículos inservíveis, ou que estão ali abandonados.

Então nós criamos um procedimento interno na Emdec, e em algumas dessas situações nós também fazemos o uso dos nossos parceiros aqui, que eu quero de público agradecer, da Guarda Municipal, porque a gente sabe que aquela região, que aquele veículo está abandonado e tudo mais é perigosa.

Então nós vamos com eles lá para fazer valer o que está escrito na lei, que é retirar aquele veículo da rua, retirar de circulação, porque ele está lá abandonado, é criador de dengue, é local para bandido se esconder, como mencionado aqui pelo vereador Tenente Santini, é uma preocupação nossa. É um local que... uma pessoa que tem um veículo abandonado na frente da casa dela se sente insegura.

Então isso tem sido feito, nesse período de dois anos nós já retiramos mais de 4.500 veículos das ruas de Campinas usando esta lei, e fizemos mais de 10 mil notificações. Significa o seguinte: muitas vezes algum proprietário, de uma maneira que não é conhecida, ele abandona o veículo na rua.

Então ao fazermos uma notificação, aquele veículo vai ser apreendido e ele vai ter uma punição. Ele vai lá, recolhe o veículo e leva para outro lugar, tira da rua. Então mais de 10 mil notificações e 4 mil apreensões.

Sobre o BRT, para mim a coisa que eu mais gosto de falar ultimamente é do BRT. Porque ele é o maior projeto hoje do município de Campinas, o prefeito Jonas Donizette tem falado isso todas as vezes, é o maior projeto da administração dele. Nós estamos investindo cerca de R\$ 0,5 bilhão de reais em um projeto que vai fazer uma grande transformação do município.

A partir da implantação desse projeto nós vamos nos deslocar do município de Campinas de uma maneira diferente, e ele está em pleno vapor. Quem quiser conhecer o corredor Campo Grande, já no primeiro trecho, que sai aqui da rodoviária, aproveitando um leito férreo desativado, já está em obra, já tem um trecho pavimentado, e vamos continuar no corredor Campo Grande, agora no trecho da John Boyd, que é mais complexo, que é uma região até que o nobre vereador aqui atua, eu sei, no final de novembro nós vamos chegar lá.

E a obra está de vento em popa, o cronograma em dia, e até meados 2020 nós vamos entregar esse projeto completamente pronto e operando para a cidade de Campinas.

**SR. PRESIDENTE VEREADOR PAULO GALTERIO:** Ok, muito obrigado. Miguel, você vai botar o revólver na cinta ou não se aprovar a lei? Como é que é? Queria que você respondesse aí.



Transcrição da 16ª Audiência Pública de 2017, realizada em 25 de outubro, às 14h10, no Plenário da Câmara Municipal de Campinas, à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66

**SR. MIGUEL LORENZON:** Não, vereador Paulo Galterio, primeiramente eu... apesar de eu trabalhar na Emdec, a Emdec ela não é só... que nem o secretário falou, em torno de 400 agentes, mas a Emdec tem próximo de 900 trabalhadores.

Eu particularmente não sou agente de trânsito, eu trabalho na área de sinalização. *[ininteligível]* tem diretor do sindicato, Camporesi(F) ali, ele é agente de trânsito e a gente tem a representação dos trabalhadores do trânsito, mas eu não vou portar arma não.

**SR. PRESIDENTE VEREADOR PAULO GALTERIO:** Está ok. Então, eu vou encerrar aqui, secretário e vou dar a palavra para o Tenente Santini para que ele possa...

**SR. VEREADOR TENENTE SANTINI:** Só para encerrar, eu gostaria de parabenizar o Paulo Galterio por essa audiência, por esse debate. É importante, acho, que em todo debate ter as pessoas dos dois lados, para que isso aí, às vezes, a visão do secretário já me mudou algumas opiniões aqui e eu espero ter mudado a opinião de algumas pessoas sobre o meu posicionamento.

Quero parabenizar a Lei do Pancadão em Campinas, realmente, secretário, essa lei e o trabalho que a Emdec faz com a Guarda Municipal de Campinas é diferenciado. Realmente, a produtividade que nós temos aqui, eu falo mais do meu lado que eu conheço mais, que é a parte da Guarda Municipal, é um trabalho gigante, Paulo Galterio, na questão de estatística de pessoas presas.

A fiscalização que é feita na... quando feita operações em conjunto, que são excepcionais na região central, na região periférica, às vezes, já participei de operações no Oziel com a Emdec e com a Guarda Municipal, foram sempre muito bem feitas. Então, está de parabéns.

E a questão também dos *[ininteligível]* abandonados, é um problema gigante, porque, às vezes, é um carro roubado, que o pessoal taca fogo, larga na porta da casa da pessoa, realmente é foco de dengue, é foco de vários problemas e esse trabalho está sendo feito pela Secretaria de Transporte, está sendo excepcional.

E também fica aqui meus parabéns ao corredor do BRT, eu acho que esse trabalha aí, secretário, vai ser muito bom para a mobilidade na cidade de Campinas.

**SR. PRESIDENTE VEREADOR PAULO GALTERIO:** Está ok. Eu queria lembrar aqui, secretário, antes de encerrar, eu queria fazer o meu agradecimento pessoal em público, porque com relação a essa questão dos carros eu já officiei aqui, como vereador, a retirada de veículos e foi retirado. E fiquei feliz, porque, Tenente Santini, nós como vereadores, às vezes, nós fazemos requerimento e às vezes esse requerimento acaba não tendo o resultado esperado.

## CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Transcrição da 16ª Audiência Pública de 2017, realizada em 25 de outubro, às 14h10, no Plenário da Câmara Municipal de Campinas, à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66

E eu posso ser... sou testemunha aqui de que realmente essa lei foi cumprida e dentro do requerimento.

Queria agradecer, secretário, com relação lá ao serviço que o senhor fez na ponte do Florence, a Operação Comporta, que foi feita por toda a Emdec, foi quase um ano, um ano e meio, não me lembro direito o tempo, que vocês fizeram aquela operação, que foi uma solicitação minha que a gente sabia que tinha uma dificuldade, o prefeito sabia, e no momento chegou na sua pessoa e na pessoa dos agentes, conseguimos suprir aquele problema.

E eu também queria agradecer em público às correções que foram feitas lá no Terminal Vicente Cury, que o senhor fez a meu pedido também.

Eu tive uma reunião com o secretário, ele falou: "Paulo Galterio, eu vou colocar o máximo de informações lá para que a gente evite essas multas." E tudo o que eu pedi o secretário realmente cumpriu, secretário.

Então, eu quero dizer, assim, que o senhor é um modelo de secretário que a gente tem que render palmas aqui, porque, realmente, além de cumprir o que fala, vem melhorando o trabalho do trânsito da cidade, o que a gente sabe que é difícil, porque quanto mais carro nós temos mais dificuldade em gerenciar o trânsito.

Mas, dizer aqui também da minha satisfação, doutor Carlos Barreiro, quando o senhor confirmou a presença aqui, porque eu tinha certeza que nós íamos conseguir enriquecer esse debate.

Então, o meu agradecimento pessoal como vereador e em nome dessa Casa todo o meu agradecimento a sua pessoa.

Se o senhor quiser dar uma palavra, o senhor tem, para a gente poder encerrar.

**SR. CARLOS JOSÉ BARREIRO:** Paulo Galterio, muito obrigado aí pelas suas gentis palavras. Eu acho que o papel do gestor público, eu estou na vida pública há poucos anos, comecei aqui no segundo ano do mandato do governo inicial do prefeito Jonas Donizette, estou aqui permanecendo aí a frente da Secretaria, que para mim é motivo de grande orgulho, porque entendo como uma missão tentar melhorar as condições da nossa população, nossa condição de cidadãos ao nos deslocarmos com o nosso ônibus, com o nosso carro, andando a pé, andando de bicicleta. Então, temos muitos projetos e tem sido esse o meu trabalho do dia-a-dia.

É gratificante quando uma pessoa pública como o senhor reconhece isso, que representa uma grande parcela da sociedade, com a quantidade de votos que o senhor tem, a penetração nos bairros. Isso é muito importante.

Eu agradeço aqui em nome da Emdec, em nome da Secretaria, esse trabalho não é isolado, é óbvio, é um conjunto de 900 profissionais que estão lá

Transcrição da 16ª Audiência Pública de 2017, realizada em 25 de outubro, às 14h10, no Plenário da Câmara Municipal de Campinas, à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66

para executar essa tarefa no seu dia-a-dia. Eu estou apenas como comandante desse grande navio.

E aqui eu queria destacar a Câmara Municipal. Eu tenho tido uma postura nesses meus quatro anos aí a frente da Secretaria, de todas as vezes que eu sou convidado, como fui hoje gentilmente convidado por você, Paulo Galterio, estar aqui. Eu só não venho aqui se realmente eu tiver um impedimento muito grande que me impeça de estar aqui, mas isso ocorreu raríssimas vezes; eu estou sempre aqui, porque eu respeito muito a Câmara, eu acho que aqui é o local que nós temos ampla capacidade de debate, como estamos fazendo aqui hoje. O vereador Tenente Santini lembrou uma coisa extremamente importante: é muito salutar essa discussão, quando há ideias divergentes e de respeito, como foi aqui hoje, nós respeitamos um ao outro e temos ideias divergentes, algumas coisas, não importa, é assim que a democracia cresce.

Então isso é muito importante e é neste ambiente que nós praticamos isso, de uma forma livre, autônoma, e serena, e bem respeitosa; o que é muito bom. Eu já enfrentei aqui debates acalorados, enfrentando ideias divergentes da minha, e foi muito bom, porque, de uma forma respeitosa, conseguimos chegar a um entendimento, respeitando as individualidades de cada um e as posições de cada um.

Então, mais uma vez, parabeno a iniciativa, vereador Paulo Galterio, estamos à disposição de você, da Câmara, todas as vezes que for necessário.

Boa tarde a todos.

**SR. PRESIDENTE VEREADOR PAULO GALTERIO:** Miguel, você que esteve presente aqui, vou dar a palavra para você encerrar, mas eu quero deixar desde já as minhas saudações a todos os servidores da Emdec; e também parabenizar pelo trabalho que vem sendo desenvolvido e dizer que podem contar com o trabalho da Câmara aqui naquilo que for preciso.

Então se quiser encerrar sua fala.

**SR. MIGUEL LORENZON:** Eu agradeço o convite de estar presente aqui na Mesa, contribuir com o debate; e colocar à disposição como pessoa e o sindicato também à disposição de vocês, para *[ininteligível]* que for pertinente.

E também lembrar que vai entrar a questão do orçamento do município. Então que lembrem da Emdec, das dificuldades que a Emdec passa, porque a Emdec é uma empresa que ela depende maior parte do orçamento do município e até tem a questão também de fiscalizar o envio depois também de aprovado. O secretário aí que depois sofre lá para pagar as contas e a gente vai com a nossa negociação também reivindicar aumento de salários e as nossas demandas né.

Então pedir para vocês que deem uma força aí, que agora em novembro agora, já vem, não é?

**CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS**

**Transcrição da 16ª Audiência Pública de 2017, realizada em 25 de outubro, às 14h10, no Plenário da Câmara Municipal de Campinas, à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66**

**SR. PRESIDENTE VEREADOR PAULO GALTERIO:** Ok. O que estiver no nosso alcance vai ser feito pode ter certeza.

**SR. MIGUEL LORENZON:** Obrigado.

**SR. PRESIDENTE VEREADOR PAULO GALTERIO:** Então, dando encerramento, secretário, vereador Tenente Santini, ao Miguel, a esse vereador que vos fala, vereador Paulo Galterio, e com as bênçãos de Deus, eu declaro por encerrado esse debate.

Campinas, um grande abraço.

*– Audiência encerrada às 15 horas e 27 minutos.*

*[fim da transcrição]*

PRESIDENTE: \_\_\_\_\_